

## 25.º Aniversário da Resolução 1325 da ONU

A Resolução 1325 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:  
Continuidade ou mudança?

Ana Silva

Nuno Quirino Martins

A Agenda Mulheres, Paz e Segurança nos 80 anos das Nações Unidas

Maria Francisca Saraiva

A Agenda Mulheres, Paz e Segurança - Mulheres invisíveis e paz em  
Portugal: 25 anos de UNSCR 1325. Onde estamos?

Lucie Calléja

Why Women, Peace and Security (WPS) Still Matters

Louise Olsson

### **DIRETORA**

Isabel Ferreira Nunes

### **COORDENADOR EDITORIAL**

Luís Cunha

### **CENTRO EDITORIAL**

Filipa Teles. Paulo Pereira

### **PROPRIEDADE, DESIGN GRÁFICO E EDIÇÃO**

Instituto da Defesa Nacional

# 25.º Aniversário da Resolução 1325 da ONU

## A Resolução 1325 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Continuidade ou mudança?

**Ana Silva**

Coronel da Força Aérea

Ponto Focal de Género do IDN

**Nuno Quirino Martins**

Coronel da Força Aérea

Assessor de Género do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

A Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSCR 1325), aprovada em outubro de 2000, foi a primeira a alertar para o impacto desigual que os conflitos armados têm sobre as mulheres e os homens, bem como para a importância da participação das mulheres em todas as fases da resolução de conflitos e dos processos de reconstrução da paz<sup>1</sup>, sendo considerada um imperativo não somente ético, mas também estratégico, pelo efeito duradouro esperado.

Construiu uma ligação entre aquilo que é a mudança social, relacionada com o género, e a transformação política, relacionada com os conflitos, abrindo caminho para novos programas e medidas, tanto a nível internacional, como a nível nacional, tendo colocado, de forma definitiva, a questão da igualdade de género na agenda internacional, sempre que são abordadas questões de conflito, paz e segurança.

Uma das suas principais mais-valias reside no facto de ter servido de base para a obrigação de criação de planos nacionais de ação em mais de 100 países, entre os quais se inclui Portugal. Outro dos méritos é o de ter dado uma visibilidade internacional ao recurso sistemático à violência sexual nos conflitos armados, que passou a ser visto não só como uma violação dos direitos humanos, mas também como uma ameaça à paz e à segurança.

<sup>1</sup> <https://www.cig.gov.pt/area-igualdade-entre-mulheres-e-homens/mulheres-paz-e-seguranca-1325/enquadramento/>

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) adotados em 2015, no seguimento dos Objetivos do Milénio, representam uma parceria global para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecer educação de qualidade ao longo da vida para todos, proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas até 2030<sup>2</sup>.

A ligação entre a Resolução 1325 e os ODS é visível principalmente no ODS 5 (igualdade de género), que parece estar em sintonia com a Resolução em análise, sendo, no entanto, mais abrangente, já que, por um lado, defende a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública, e, por outro, o empoderamento das mulheres em domínios tradicionalmente masculinos.

Enquanto a visão de um desenvolvimento sustentável, apresentada pelos ODS, é universal e pretende ter aplicação em todos os contextos, a Resolução 1325 decorre da preocupação específica com os impactos da guerra e os conflitos armados. Por um lado, os ODS apontam para uma transformação que deverá ser gradual e sustentada no tempo, já a Resolução 1325 responde a problemas humanitários de resolução urgente.

Algumas das principais críticas à Resolução 1325 prendem-se com a ausência de mecanismos de responsabilização e de aplicação de sanções aos Estados que a ignorem, assim como de financiamento suficiente para concretizar os compromissos assumidos. Esta resolução é também criticada pela visão ocidental em que está embebida, não refletindo a realidade dos países nos quais a desigualdade de género é mais arraigada e em que tradições complexas assentam em estruturas de poder fortemente patriarcais.

Coloca-se a questão de como a Resolução das Nações Unidas, fortemente influenciada pelas agendas

<sup>2</sup> <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>

ocidentais, pode ser eficaz em contextos onde os direitos das mulheres – e até mesmo os direitos humanos – são entendidos de forma radicalmente diferente. A imposição dos modelos ocidentais de participação feminina leva ao surgimento de resistência em várias partes do mundo; e a norma internacional, cujo objetivo seria promover a igualdade, poderá mesmo reforçar a sua marginalização ao ser entendida como externa e intrusiva.

Mas os desafios da Resolução 1325 não se esgotam nas consequências decorrentes dos contextos polarizados. A atual guerra na Ucrânia veio trazer à discussão o retrocesso das conquistas, supostamente irreversíveis, dos pontos da Resolução 1325, com a determinação de papéis sociais diferenciados, entre homens e mulheres, decorrente da aplicação da lei marcial.

A crítica mais frequente à Resolução 1325 diz respeito ao seu peso retórico, especialmente quando os seus princípios não se traduzem em ações concretas e transformadoras. Volvidos 25 anos da sua adoção, muitas missões mantêm uma baixa representação de mulheres, e a violência sexual continua a ser constantemente utilizada como arma de guerra em muitos dos cenários de guerra atuais, como no caso de Israel, Gaza, Sudão, Ucrânia, Haiti, Mianmar e da República Democrática do Congo<sup>3</sup>.

Já no que diz respeito aos ODS, as principais críticas focam-se no caráter demasiado abrangente e idealista, por se tratar de objetivos universais e supostamente aplicáveis a todos os países nos quais as especificidades em matéria de igualdade de género e de contexto de guerra se diluem.

O Ocidente e as regiões onde os conflitos armados são constantes têm diferenças evidentes. Nos países ocidentais, a Resolução 1325 é aproveitada como uma oportunidade de reforçar a presença feminina nos principais fóruns de poder e de promover o empoderamento feminino, quebrando os tetos de vidro que limitam o acesso ao topo dos cargos e privilegiando os aspetos meramente simbólicos. Mas, no resto do mundo, a realidade é radicalmente diferente, pois a prioridade não é a representação, mas a sobrevivência. Aí, as mulheres são confrontadas com deslocações forçadas, com a violação sexual em massa,

com a falta dos serviços básicos e com a quebra das redes familiares. Nestes contextos, a Resolução 1325 é simplesmente abstrata e irrealista.

A Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável partilham uma visão do mundo em que a igualdade de género e os direitos das mulheres ocupam uma posição de charneira nos programas de paz e desenvolvimento. Enquanto a primeira é uma resposta normativa a crises específicas, os segundos são mais vastos e universais. Juntos podem reforçar-se mutuamente, desde que seja possível uma maior coordenação entre ambos.

Comemorar os 25 anos da Resolução 1325 é reafirmar uma visão de paz inclusiva, justa e equitativa. Todavia, a história recente prova tratar-se de uma agenda inacabada, enquanto persistirem conflitos e desigualdades. Esta constatação deverá inspirar gerações de decisores para que estes envidem esforços tendo em vista transformar compromissos em realidade, construindo um mundo onde a igualdade de género não se cinja a um ideal abstrato, mas se traduza numa condição efetiva para a paz duradoura.

<sup>3</sup> <https://news.un.org/pt/story/2024/04/1830716>

# A Agenda Mulheres, Paz e Segurança nos 80 anos das Nações Unidas

**Maria Francisca Saraiva**

Professora Auxiliar de Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP/Universidade de Lisboa). Investigadora do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP-ISCSP/Universidade de Lisboa) e assessora de estudos do IDN.

## Introdução

Celebramos este ano, a 30 de outubro, os 25 anos da adoção pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) da Resolução 1325, que inaugurou a Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS), e os 30 anos da *Declaração e Plataforma de Ação de Pequim*, adotadas na IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, em 1995.

As Nações Unidas também celebram este ano o seu 80.º aniversário, numa época e num mundo onde a organização necessita mais do que nunca de construir consensos e de enfrentar de forma eficaz desafios globais complexos. *O Pacto para o Futuro*<sup>1</sup>, adotado pela Assembleia-Geral das Nações Unidas por consenso em setembro de 2024, e a Iniciativa *ONU 80*<sup>2</sup>, apresentada em março deste ano pelo Secretário-Geral (SG) António Guterres, delinearão um plano ambicioso de reforma para manter as Nações Unidas na liderança do sistema de governação global, visando garantir que a organização possa continuar a proporcionar um futuro melhor para as pessoas.

Neste texto, analisamos os desafios que se colocam ao CSNU na implementação da Agenda MPS, concebida com o objetivo de assegurar igual participação e total envolvimento das mulheres nos esforços de manutenção e promoção da paz e da segurança, no quadro da reforma da organização que está em curso nas Nações Unidas.

## As Mulheres e Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Do quadro da Agenda 2030<sup>3</sup>, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) n.º 5 (igualdade

de género), que procura alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas, e o ODS n.º 16, que visa promover sociedades justas, pacíficas e inclusivas, reconhecem as mulheres como elementos indispensáveis para o desenvolvimento sustentável e a promoção da paz. Neste sentido, a construção de sociedades mais inclusivas e sustentáveis exige um maior investimento na Agenda MPS, trazendo uma nova centralidade ao papel das mulheres nos conflitos armados e na resolução de conflitos.

A realidade mostra, porém, que o mundo não está a conseguir alcançar a meta da igualdade de género. O mais recente relatório da ONU Mulheres, *Os Direitos das Mulheres em Revisão 30 Anos Após Pequim*<sup>4</sup>, publicado no contexto do 50.º Dia Internacional das Mulheres das Nações Unidas, revela que, em 2024, quase um quarto dos governos em todo o mundo relataram retrocessos nos direitos das mulheres. Um pouco por todo o lado, as mulheres são vítimas da polarização política, do número crescente de conflitos armados, dos avanços tecnológicos e da crise climática. Por isso, como observou recentemente o Secretário-Geral António Guterres no seu último Relatório sobre a Agenda MPS, a igualdade de género não está a funcionar como multiplicador e acelerador do progresso humano, do crescimento económico, do desenvolvimento sustentável e da paz<sup>5</sup>.

## A Agenda Mulheres, Paz e Segurança e a Reforma das Nações Unidas

Nos anos mais recentes, o CSNU tem estado profundamente dividido por tensões geopolíticas, o que afetou negativamente a sua capacidade de promover a Agenda MPS.

Alguns exemplos ilustram esta dificuldade. O projeto de Resolução russo sobre os 20 anos da aprovação da Resolução, por exemplo, foi considerado inaceitável pelos outros membros do Conselho. Foram igualmente muitas as dificuldades enfrentadas na negociação das duas mais recentes resoluções adotadas no quadro da Agenda, ambas aprovadas em 2019<sup>6</sup>. Em larga medida, a tensão política no CSNU resulta das reservas da Rússia, da China e dos Estados Unidos relativamente à linguagem associada a esta Agenda. Os Estados Unidos, por exemplo, ameaçaram vetar uma resolução sobre a

<sup>1</sup> UNGA (Setembro, 2024). Summit of the future: Outcome documents. Pact for the future, global digital compact and declaration on future generations. A/RES/79/1. <https://www.un.org/en/summit-of-the-future/pact-for-the-future>

<sup>2</sup> <https://www.un.org/un80-initiative/en>

<sup>3</sup> <https://sdgs.un.org/goals>

<sup>4</sup> UN-Women (2025). Women's rights in review: 30 years after Beijing. Nova Iorque.

<sup>5</sup> UNSG (2023). UNSG Report on women, peace and security 2023.

<sup>6</sup> Resolução 2467 e Resolução 2493, ambas de 2019.

violência sexual em conflitos por mencionar a saúde reprodutiva das mulheres. A Rússia e a China também têm desafiado o amplo consenso sobre a agenda da MPS posicionando-se como potências que apoiam o papel tradicional das mulheres e a China tem deixado claro que entende esta questão apenas como uma questão de política externa e não como uma questão interna. Em resultado, a percentagem de decisões do CSNU que incluem referências às mulheres ou à igualdade de género diminuiu significativamente nos últimos anos<sup>7</sup>.

Em todo o caso, é de notar que o CSNU não ficou totalmente paralisado por estas divergências. Com efeito, um grupo bastante significativo de países entendeu assinar nos últimos anos, durante a respetiva presidência rotativa do Conselho, uma *Declaração de Compromissos Partilhados sobre as Mulheres, a Paz e a Segurança*, uma iniciativa assinada por 16 membros do Conselho desde setembro de 2021<sup>8</sup>. Um dos principais objetivos desta iniciativa é garantir que a Agenda MPS seja plena e significativamente integrada em todos os aspetos do trabalho do CSNU e que o trabalho crucial das mulheres construtoras da paz e defensoras dos direitos humanos na prevenção de conflitos, na construção da paz e na manutenção da paz seja apoiado e reconhecido. Segundo o *Relatório do Secretário-Geral de 2023 sobre a Agenda MPS*, os cinco debates abertos realizados sobre a Agenda, em 2022, e a elevada percentagem de mulheres a informar o CSNU provam o impacto positivo desta iniciativa<sup>9</sup>. Apesar de persistirem controvérsias em torno de aspetos politicamente mais sensíveis, no ano de 2024 registaram-se alguns progressos positivos, como a Resolução 2729, aprovada em abril, que renovou o mandato da missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), que inclui uma nova referência às mulheres defensoras dos direitos humanos como um grupo que necessita de proteção contra ameaças e represálias. Além disso, em junho do mesmo ano, o CSNU adotou a Resolução 2734, que “reconhece que planejar, dirigir ou cometer atos que envolvam violência sexual e de género” é uma tática de terrorismo e designa tais atos como critérios de inclusão no regime de sanções das

Nações Unidas contra o Estado Islâmico/Al-Qaeda<sup>10</sup>.

Também no ano passado, o Secretário-Geral lançou a iniciativa *Common Pledge for Women's Full, Equal and Meaningful Participation*<sup>11</sup>, focada no compromisso de tomar medidas concretas para a participação plena, igualitária e significativa das mulheres em todos os processos de paz de que fazem parte. Finalmente, o *Pacto para o Futuro* (aprovado em setembro de 2024) propõe, na Ação 19, acelerar a implementação dos compromissos sobre mulheres, paz e segurança, reafirmando deste modo a importância desta temática.

Em suma, a implementação da Agenda MPS continua na ordem do dia do CSNU, apesar da clara oposição de alguns membros permanentes ao aprofundamento do tema da igualdade de género. Isto significa que o tema vai estar certamente em cima da mesa no quadro das discussões em torno do ambicioso programa de reformas da iniciativa *ONU 80*.

## Conclusão

No CSNU, assistimos a uma polarização entre os Estados comprometidos com a Agenda MPS e aqueles que tentam obstruí-la. As iniciativas descritas neste texto, da responsabilidade dos membros do CSNU e do Secretário-Geral, visam melhorar a integração da Agenda nas decisões tomadas pelo órgão. O objetivo final é impedir um retrocesso normativo em termos de igualdade de género.

Embora este esforço seja importante, pensamos que não é suficiente para causar um impacto tangível no dia a dia das pessoas. As reformas necessárias no seio das Nações Unidas exigem medir os efeitos das decisões e analisar processos que tenham realmente o potencial de transformar a realidade. A iniciativa ONU 80 reconhece este eixo como elemento central na reforma da organização, estando em curso um processo de análise da implementação dos mandatos existentes em todas as áreas da sua atuação, incluindo naturalmente a Agenda MPS.

<sup>7</sup> UNSG, op. cit.

<sup>8</sup> Statement of shared commitments on women and peace and security (2024). Hoje, participam nesta iniciativa os seguintes países: Equador, França, Guiana, Japão, República da Coreia, Malta, Serra Leoa, Eslovénia, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos da América, Dinamarca, Grécia e Panamá. [https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8C-D3-CF6E4FF96FF9%7D/2024\\_25\\_statement\\_shared\\_commitments.pdf](https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8C-D3-CF6E4FF96FF9%7D/2024_25_statement_shared_commitments.pdf)

<sup>9</sup> UNSG, op. cit.

<sup>10</sup> Parsons, O., Donnelly, P. e Papworth, E. (2025). The highs and lows of women, peace and security in 2024, and looking ahead in 2025. IPI Global Observatory. <https://theglobalobservatory.org/2025/01/the-highs-and-lows-of-women-peace-and-security-in-2024-and-looking-ahead-to-2025/>

<sup>11</sup> Fazem parte desta iniciativa Estados-membros das Nações Unidas, incluindo Portugal, organizações regionais e outros atores que fazem mediação. <https://peacemaker.un.org/en/thematic-areas/gender-women-peace-security/common-pledge>

# A Agenda Mulheres, Paz e Segurança - Mulheres invisíveis e paz em Portugal: 25 anos de UNSCR 1325. Onde estamos?

Lucie Calléja

Investigadora e Professora Convidada,  
Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa.

## Introdução

Há 25 anos, a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU reconheceu o papel crucial das mulheres na paz e segurança. Esta resolução histórica inspirou inúmeros estudos<sup>1</sup> que demonstram que as iniciativas locais lideradas por mulheres têm impacto direto na construção e manutenção da paz. Por meio de mediação, educação e solidariedade, fortalecem laços sociais e transformam situações de conflito em oportunidades de diálogo e de cooperação comunitária. Além disso, estudos da ONU-Habitat<sup>2</sup> e do Banco Mundial<sup>3</sup> demonstram que a violência urbana e a exclusão social afetam particularmente mulheres e jovens, reforçando a importância da sua participação na coesão social. Mas qual é a situação em Portugal?

Vivemos num país onde a paz é raramente estudada. A ausência de guerra aparente desloca a atenção académica e política para outros problemas. Contudo, como sublinha Johan Galtung<sup>4</sup>, a paz não é apenas ausência de violência (paz negativa), mas é também existência de justiça social, igualdade e condições de vida dignas (paz positiva). Nas periferias urbanas portuguesas, como noutras cidades europeias, é difícil falar de paz, dado que as condições socioeconómicas, a desigualdade e a marginalização geram contextos de tensão e de violência social latente. É neste espaço que a reflexão sobre o papel das mulheres – muitas vezes imigrantes – na prevenção da violência e na construção de comunidades pacíficas se torna não apenas pertinente, mas urgente. Este artigo é, portanto, um apelo: como valorizar estas mulheres invisíveis que moldam a paz nas nossas comunidades?

<sup>1</sup> Calléja, L. (2025). *The 'Peace Huts': Empowering Women in Liberia's Peacebuilding Efforts*. Cham: Palgrave Macmillan.

<sup>2</sup> UN-Habitat, *World Cities Report 2022*, disponível em [https://unhabitat.org/sites/default/files/2022/06/wcr\\_2022.pdf](https://unhabitat.org/sites/default/files/2022/06/wcr_2022.pdf)

<sup>3</sup> World Bank (2011). *Violence in the City: Understanding and Supporting Community Responses to Urban Violence*. Washington DC: World Bank. disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/a6b92b6d-8a0a-5bd7-844c-37d051184f23/content>

<sup>4</sup> Galtung, J. (1996). *Peace by peaceful means. Peace and conflict, development, and civilization*. Londres: Sage Publications.

## O impacto da participação feminina na construção da paz

Estudos internacionais mostram que a inclusão das mulheres em espaços de decisão e de ação comunitária está diretamente associada a níveis mais elevados de paz e coesão social<sup>5</sup>. As mulheres atuam de forma transversal: na mediação de conflitos familiares e comunitários, na educação das crianças e jovens, na promoção de valores de solidariedade e de inclusão.

Em Portugal, este papel é também relevante. Apesar de não vivermos um conflito armado, há sinais claros de violência societal – criminalidade urbana, desigualdade económica, segregação espacial e riscos de radicalização – que constituem fatores de vulnerabilidade e fragilizam comunidades. As estatísticas da Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) revelam que, em 2024, os crimes registados atingiram os valores mais elevados da última década<sup>6</sup>. O Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) 2024 e o PORDATA destacam elevados níveis de criminalidade, pobreza e exclusão social em Portugal, com um aumento da delinquência juvenil (mais 12,5% desde 2021<sup>7</sup>) e dos crimes contra as pessoas (91.723 casos em 2023 face a 77.904 em 2021)<sup>8</sup>. Verifica-se ainda um agravamento no tráfico de seres humanos, com 3,9 vítimas por cada 100 mil habitantes – um crescimento de quase 3% desde 2020, que coloca Portugal no sétimo lugar a nível da União Europeia<sup>9</sup>.

Perante estes desafios, torna-se indispensável reconhecer agentes sociais que contribuem para estratégias locais de consolidação da paz. Mulheres, mães, irmãs e educadoras informais desempenham funções essenciais no fortalecimento do tecido social, orientando crianças e jovens, promovendo diálogo e criando ambientes onde a violência não se torna norma. Ignorar esta dimensão significa desperdiçar

<sup>5</sup> Por exemplo, Thania Paffenholz em "Women and gender from the 'broader participation' and 'civil society and peacebuilding' projects" (2015) demonstra que a participação de grupos de mulheres nas negociações de paz está correlacionada com resultados positivos nas negociações e com a assinatura de um acordo.

<sup>6</sup> <https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/pt-pt/Paginas/Biblioteca-de-destaques.aspx>

<sup>7</sup> Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) 2024, disponível em <https://ssi.gov.pt/publicacoes/relatorio-anual-de-seguranca-interna/IASI%2024.pdf>

<sup>8</sup> <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/justica-e-seguranca/crimes/crimes-por-categoria>

<sup>9</sup> <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/justica-e-seguranca/crimes/vitimas-de-trafico-de-seres-humanos-por-sexo>

um recurso crucial para construir sociedades mais inclusivas e justas.

### Invisibilidade e desafios em Portugal

Ainda assim, Portugal carece de estudos sobre mulheres como educadoras para a paz em periferias urbanas ou em contextos sociais marcados por vulnerabilidade social. Nas políticas de prevenção da violência, raramente se reconhece a importância das mulheres como agentes centrais do núcleo familiar e comunitário.

Esta invisibilidade leva a que as políticas públicas permaneçam focadas em medidas reativas - policiamento ou intervenção pontuais - e não em estratégias preventivas baseadas nas experiências locais e na inclusão das mulheres. Mesmo após 25 anos da adoção da UNSCR 1325, Portugal ainda não assumiu de forma sistemática esta reflexão sobre como a valorização do papel feminino no quotidiano comunitário poderia ser uma ferramenta estratégica para sociedades mais pacíficas.

Experiências internacionais reforçam esta perspectiva. Exemplos como as *Cabanas da Paz*<sup>10</sup> ou os *Peace Committees*<sup>11</sup>, na África Ocidental, demonstram o potencial de iniciativas comunitárias na prevenção da violência e no reforço da coesão social, sobretudo através da educação informal e do *mentoring* de jovens. Em Portugal, embora existam associações e projetos locais com participação ativa de mulheres, a ausência de investigação, visibilidade e apoio institucional limitam a consolidação destas práticas. A sua efetivação exige um modelo mais descentralizado e maior vontade política das lideranças nacionais em articular-se com organizações da sociedade civil no desenvolvimento de estratégias adaptadas às especificidades locais.

### Conclusão

Após 25 anos de UNSCR 1325, ainda existem desafios. Em Portugal, mulheres invisíveis continuam a desempenhar papéis essenciais na educação para a paz e a prevenção da violência, mas são raramente estudadas ou valorizadas. O governo, académicos e decisores políticos devem investir na análise do seu

contributo e apoiar programas de capacitação, financiamento e inclusão social. Este artigo dialoga com a investigação de pós-doutoramento que a autora está a desenvolver sobre as mulheres como educadoras para a paz em comunidades da região de Lisboa, contribuindo para o debate sobre políticas preventivas de violência societal. Valorizar estas mulheres não é apenas uma questão de justiça social, mas uma estratégia para construir sociedades mais inclusivas e sustentáveis. A UNSCR 1325 oferece-nos a oportunidade de traduzir os seus princípios em ações concretas nas nossas próprias comunidades, tornando visível o trabalho das mulheres que, há demasiado tempo, permanece invisível. Celebrar a resolução é importante, mas o nosso dever é agir.

<sup>10</sup> Calléja, L. (2025). The 'Peace huts': Empowering Women in Liberia's Peacebuilding Efforts. Cham: Palgrave Macmillan

<sup>11</sup> Nganje, F. (2021). Local Peace Committees and Grassroots Peacebuilding in Africa. In: McNamee, T., Muyangwa, M. (eds) The State of Peacebuilding in Africa. Cham: Palgrave Macmillan. [https://doi.org/10.1007/978-3-030-46636-7\\_8](https://doi.org/10.1007/978-3-030-46636-7_8)

## Why Women, Peace and Security (WPS) Still Matters

Louise Olsson

Peace Research Institute Oslo

“Is WPS still relevant?” This is a question I hear more and more. In a world where geopolitical tensions are escalating, new alliances are forming, armaments are increasing, and democracies are under pressure, it’s easy to assume there are more urgent priorities. As [Roger Mac Ginty](#) has noted, it’s unlikely that a world order built on liberal norms of human rights and cooperation will return.

This means that we are at a pivotal moment for the Women, Peace, and Security (WPS) agenda. The global focus that once centred on international cooperation, peace negotiations, and peacekeeping operations – the context in which WPS was originally developed – [is shifting](#). Moreover, situated at the nexus between [SDG 16 on peaceful societies and SDG 5 on gender equality](#), [WPS regression will impact broader global processes](#).

To address the question of relevance, we need to ask: “How does WPS speak to today’s challenges of armaments, authoritarianism, and heightened competition for resources?” WPS was created during a time when the foundations of peace and security were being redefined – and we are now facing a similar moment.

### The Relevance Gap: WPS in a Changing World

If we want to build resilient and legitimate responses to today’s security challenges, WPS must be part of the way forward. This includes two aspects.

First, it’s necessary to protect WPS, as the core themes of WPS are facing direct attack or, in a best-case scenario, increasing pushback. Issues that have previously enjoyed broad consensus – such as preventing conflict-related sexual violence and improving women’s participation in peacekeeping – are now becoming sites of contestation. In areas that have always been challenging, like civil society participation in peace processes or sexual and reproductive rights in responses to violence against women, the obstacles are fundamental. Strengthening alliances and making concrete commitments around WPS and SDG 5 – such as the efforts seen at the [UN General Assembly in September](#) – are essential.

Second, and equally important, is revisiting the foundations of WPS to adapt and expand the agenda, thereby more concretely addressing current shifts and handling the growing doubts about the relevance of WPS. These doubts partly stem from a disconnect – we have yet to fully translate WPS principles into today’s complex security realities. While many existing WPS policies were written for areas that are now out of focus, [the core of WPS remains highly relevant to speak to current prioritized areas](#).

### Back to Basics

Going back to basics needs to align with both a rights-based approach and a full understanding of what’s at stake – often called an effectiveness-based approach. To move forward, we must return to the foundational principles of WPS. This means recognizing that:

- Gender is a fundamental organizing principle in all societies. Men and women are also social categories that capture how power, labour, value, recognition, and security are distributed. Gender inequality – to the disadvantage of women – remains a core challenge. This is especially relevant in discussions on [national security and peacebuilding, which have historically been male-dominated](#).
- Gender in the [WPS agenda emphasizes that inclusion is key](#). Women must be able to follow and influence decisions on resource allocation and societal priorities, as well as shape how national and global security is addressed.
- Gender equality is grounded in a central principle: Women have the right to influence decisions on peace and security. Their security concerns must be integrated into all efforts – not as an afterthought, but as a right.
- Gender analysis contributes to a more grounded risk assessment: Because gender is so central to how societies function, ignoring it leads to incomplete security strategies.

These principles are not outdated. They are essential to building strong, legitimate, and adaptive responses to growing insecurity and instability. As national security and defence debates intensify, WPS must be part of the conversation.

### How Does WPS Speak to Today’s Realities?

We are at a decisive moment when critical political and practical decisions on national security are being

made – decisions that will shape our societies for decades to come. To ensure WPS remains central, here are three key areas for action:

## 1. Ensure that the whole population can contribute to ongoing debates

More specifically, women must be included in:

- Political debates on national security, resilience, and resource distribution.
- Strategies for knowledge dissemination and public engagement.

We must also address threats and violence against women in:

- National security and defence planning, as well as disaster relief.
- Handling hybrid attacks, including those involving cyber and AI-related technologies.

## 2. Adapt and Include Concrete WPS Aspects in Core Decisions

Over the past 25 years, we've learned what it takes to integrate WPS into everyday defence and security decision-making. Now, we must build on that foundation through research and policy dialogue:

- Translate WPS principles into current debates and explore if and when past lessons can inform today's challenges. This should be substantiated in research studies, ideally conducted by teams across the NATO alliance — similar to earlier phases of WPS development.
- Collect and share lessons learned on emerging issues such as disinformation and hybrid threats to build a clearer understanding of what WPS means in these contexts.

## 3. Clarify Leadership Roles

Leadership is essential for translating WPS into practice:

- Shift from generic statements about leadership responsibilities to clearly defined functional roles that align with leaders' mandates.
- Conduct research to capture leadership knowledge and utilize this to develop new tools and ideas. We still know too little about how leaders have engaged with WPS and gender equality in practice.

## In Conclusion: WPS Is Not Optional – It's Essential

To move forward, we need to revisit the WPS agenda and engage in a concrete discussion about how it can be expanded to address the challenges

we face today. Strengthening research-policy collaboration to generate new arguments and deepen our understanding is key.

The world is changing rapidly, and the decisions we make now will shape our security and resilience for decades to come. Women, Peace and Security is not a side issue – it's a strategic necessity.

## Acknowledgements

This blog post draws on a presentation given at the Nordic Pavilion at the Osaka World Expo, August 7, 2025 in the panel WPS – How to strengthen Peace, Resilience, and Security Efforts through Inclusion. It builds on projects funded by the Swedish Research Council and the Swedish Armed Forces on WPS and societal resilience.



**idn** Instituto  
da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017

Lisboa

Tel +351 211 544 700

[idn.publicacoes@defesa.pt](mailto:idn.publicacoes@defesa.pt)